



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidades Requisitantes: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Processo Administrativo nº 1127//2026

Anexo nº 1796

Documentos de Formalização da Demanda nº 2927

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

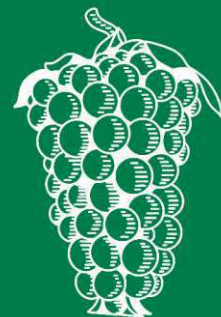
1.1 A presente contratação visa atender à necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do município de Marialva – PR, por meio da aquisição de colchões, travesseiros e cobertores, com a finalidade de atender à demanda do CREAS no acolhimento de pessoas em situação de rua. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é responsável pela oferta de serviços de proteção social especial de média complexidade de forma continuada a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco pessoal ou social, ou que tiveram seus direitos violados ou ameaçados. A aquisição de colchões e travesseiros e cobertores tem por finalidade aumentar a capacidade de resposta do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no atendimento às demandas crescentes por acolhimento e proteção social, especialmente no atendimento a pessoas em situação de rua. Essa medida visa garantir condições mínimas de abrigo, segurança e dignidade, assegurando os direitos fundamentais à proteção social de indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade.

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
ME/EPP/MEI	Lote 1	1	103548 - COLCHÃO HOSPITALAR PARA CAMA FAWLER COM ESPUMAS DE BLOCO ÚNICO ANTIÁCARO, ANTIFUNGICIDA E ANTIALÉRGICA, COM DENSIDADE D28, COSTURADO ELETRONICAMENTE, E REVESTIDO EM COURVIM DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COM ACABAMENTO COM ZÍPER E ILHÓS PARA RESPIRO. DIMENSÕES: 1,88 X 0,88 X 0,14.	UNID.	200	380,55	76.110,00
ME/EPP/MEI	Lote 2	1	110012 - TRAVESSEIRO HOSPITALAR REVESTIDO EM COURVIM OU NAPA. DIMENSÕES APROXIMADAS 40 X 60 X 10 CM, NA COR A DEFINIR PELA SECRETARIA.	UNID	200	41,49	8.298,00
ME/EPP/MEI	Lote 3	1	107881 - COBERTOR DE CASAL COMPOSTO DE 100% POLIESTER NAS MEDIDAS MÍNIMAS 1,80 X 2,20 M, LISO, TOQUE SUPERMACIO, INODORO, ANTIALÉRGICO, ANTIMOFO, TÉRMICO, ACABAMENTO DE TODO O CONTOURNO EM CETIM DE 4CM COM DUPLA COSTURA, GRAMATURA MÍNIMA DE 420G/M². A EMBALAGEM DEVE SER HERMETICAMENTE FECHADA COM TODAS AS INFORMAÇÕES DE COMPOSIÇÃO E DO FABRICANTE.	UNID	200	96,17	19.234,00

1.2. A opção pela modalidade de Pregão Eletrônico justifica-se por possibilitar maior adequação entre a demanda e o fornecimento, assegurando maior competitividade e transparência ao processo. Ademais, tal modalidade contribui para o planejamento orçamentário, permitindo a distribuição da aplicação dos recursos ao longo do exercício financeiro.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.3.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



1.3.2 Com fulcro no Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, a presente licitação será encaminhada por Menor Preço por Item.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contados da data da assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, mediante mútuo acordo entre as partes.

2.2. Em caso de aditivo de prorrogação contratual, o índice utilizado será o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação visa atender à necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, no acolhimento e atendimento a pessoas em situação de rua, que se encontram em condições de extrema vulnerabilidade social e necessitam de suporte emergencial e provisório. A aquisição de colchões, travesseiros e cobertores tem por objetivo garantir condições mínimas de abrigo, conforto e segurança, contribuindo para a efetivação da proteção social especial prevista no Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

3.2. A quantidade estimada para a presente aquisição foi definida com base no levantamento da demanda atual atendida pelo CREAS, considerando o aumento no número de pessoas em situação de rua identificadas e acompanhadas pela equipe técnica. Esse número se fundamenta em registros administrativos e listas de atendimento atualizadas, que servem como parâmetro para o dimensionamento dos itens a serem licitados.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais.

5.1.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados fornecedores que adotem ações sustentáveis em seus processos produtivos, observadas as práticas de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Na presente contratação não haverá vedação de marca, desde que os produtos atendam na íntegra as especificações técnicas contidas em suas descrições.

5.3. Subcontratação

5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.4. Garantia Contratual

5.4.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

5.5. Da exigência de amostra

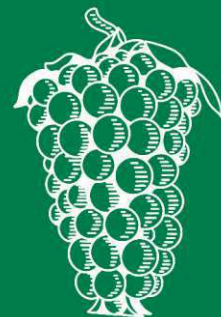
5.5.1 Para a presente contratação não haverá exigência de amostras.

5.6. Obrigações das Partes

5.6.1. Da Contratada

5.6.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

5.6.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento integral das atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;



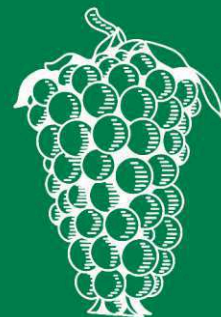
- 5.6.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;
- 5.6.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;
- 5.6.1.5. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.6.1.6. Entregar o objeto em devidas condições, devendo promover a substituição em até 02 (Dois) úteis, a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:
- 5.6.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;
- 5.6.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricante, técnicos e outros;
- 5.6.1.8. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 5.6.1.9. Arcar com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;
- 5.6.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;
- 5.6.1.11. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento do produto e prestar os esclarecimentos cabíveis;
- 5.6.12. Acatar todas as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.7. Da contratante

- 5.7.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;
- 5.7.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 5.7.3. Comunicar, por escrito, à Contratadas quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;
- 5.7.4. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;
- 5.7.5. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.8. Infrações e Sanções

- 5.8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 5.8.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 5.8.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 5.8.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;
- 5.8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 5.8.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 5.8.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 5.8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



- 5.8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 5.8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 5.8.2.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:
- 5.8.2.1.1. advertência;
- 5.8.2.1.2. multa;
- 5.8.2.1.3. suspensão temporária de participação em licitação;
- 5.8.2.1.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;
- 5.8.2.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e
- 5.8.2.1.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.
- 5.8.3. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.8.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 5.8.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 5.8.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.
- 5.8.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.8.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (Três) anos.
- 5.8.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
- 5.8.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.8.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 5.8.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 5.8.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 5.8.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;
- 5.8.13.2. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 5.8.13.3. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;



5.8.13.4. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.9. Severidade

5.9.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; M2 = multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e M3 = multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

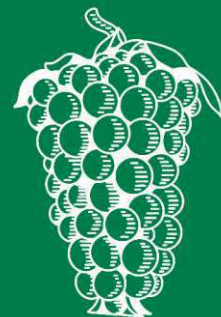
-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

CONDUTAS ITEM		Ocorrência e reincidência					
		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	<u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez



6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.9.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.9.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

5.9.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

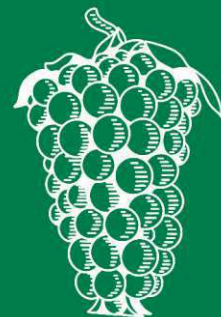
5.9.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município rescindir unilateralmente contrato.

6.0. Moratória

6.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

6.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, à critério da Administração, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

6.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5(Cinco) dias úteis,



limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (Dez por cento) do valor total do Contrato.

6.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato

6.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.

6.6. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

6.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condição e Local de Entrega

7.1.1. A entrega dos produtos deverá ser efetuada no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, no local indicado pela Unidade Requisitante, obrigatoriamente, em dias úteis, nos seguintes horários disponíveis para recebimento:

7.1.2. As entregas deverão ocorrer, obrigatoriamente, em dias úteis, nos seguintes horários disponíveis para recebimento: das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

7.1.3 A entrega dos produtos será parcial e deverá ser efetivada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência, por parte da contratada, da emissão Nota de Empenho pela contratante, diretamente na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, localizada à Rua Rotary, nº 241, Centro, Marialva – PR.

7.2 Garantia

7.2.1. A Garantia dos itens deve seguir o código de Defesa do Consumidor.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. São indicados para fiscalização:

GESTOR DE CONTRATOS

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca de Aquino Calheiros	Gestora de Contratos	3160

FISCAIS DE CONTRATO

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Edilaine Aparecida Clementino Ferreira	Diretor Administrativo	10499

Suplente:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Rita Heloise Ferreira Speigel	Assessora de Assistência Social e Cidadania	9952

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo



acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 (Dois) úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.5. Liquidação

9.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 (Trinta) dias corridos para fins de liquidação.

9.5.2. **A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma.**

A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

9.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.5.4. **Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;**

9.5.5. O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.5.6. Na hipótese de irregularidade de habilitação, a Contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

9.5.7. O pagamento efetuado pelo Município de Marialva/PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

9.5.8. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente do fornecedor, informada em sua proposta comercial, na fase de habilitação do procedimento licitatório.

9.5.9. É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.



9.5.10. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva/PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, cuja apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

9.6. Forma de pagamento

9.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.6.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, devendo ser respeitados os valores máximos por item.

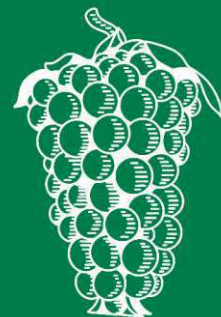
10.1.2. Em conformidade ao Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o presente procedimento licitatório será exclusivo à participação de MEI, ME e EPP.

10.1.3. Ainda, com fulcro no § 3º do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o procedimento licitatório em questão dará prioridade local de contratação.

10.1.5. A referida prioridade de contratação justifica-se a partir dos seguintes objetivos: desenvolvimento de políticas públicas em âmbito local, com o incremento na arrecadação de impostos ao erário municipal; incentivo ao comércio local, contribuindo assim, diretamente, para as gerações de emprego e renda; proporcionar às Unidades Requisitantes o acesso facilitado aos materiais demandados, face a proximidade com o fornecedor.

10.1.5.1. Entendendo-se local: os limites geográficos do município de Marialva – PR, inclusas suas regiões distritais e demais comunidades.

10.1.5.2. Nota-se que, em conformidade a Relatório CNAE, anexo, observou-se acentuado número de empresas sediadas localmente detentoras de capacidades técnicas e operacional para o atendimento da prioridade mencionada.



10.2. Exigências de habilitação

10.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

10.2.1.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

10.2.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.1.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2.1.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.1.2. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

10.2.1.2.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

10.3. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

10.3.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

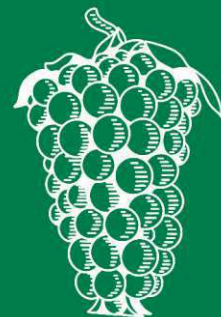
10.3.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

10.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

10.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



10.5. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

10.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

10.8. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

10.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

10.10. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

10.11. Documentação complementar:

10.11.1. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida lei, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei nº 14.133/2021;

10.11.2. Declaração Unificada, conforme modelo constante no Anexo do Edital.

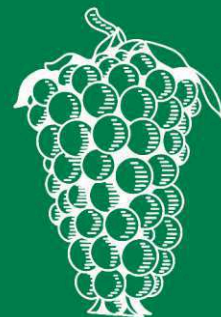
11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 103.642,00 (Cento e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais), conforme detalhado em Demonstrativo de Formulação de Preços, a partir da média, com a discrepância de 20%, do menor valor obtido, anexo junto ao Processo Administrativo nº 1127/2026.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, com dotações orçamentárias aditadas no Processo Administrativo nº 1127/2026

Marialva – PR, 10 de abril de 2026



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do prévio planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de cobertores, colchões e travesseiros faz-se necessária para atender usuários acompanhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), especialmente em situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. Esses itens são essenciais para garantir condições mínimas de descanso, acolhimento e dignidade às pessoas atendidas, contribuindo para a proteção social e para o atendimento humanizado durante ações emergenciais, encaminhamentos e atendimentos realizados pela equipe técnica.

A disponibilização desses materiais possibilita oferecer suporte adequado aos usuários que se encontram em situações de risco pessoal e social, assegurando melhores condições de acolhimento e fortalecimento das ações de proteção social especial desenvolvidas pelo serviço.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida constitui despesa recorrente, cuja previsão de recursos é realizada anualmente por meio de dotação orçamentária específica através de dotação orçamentária mencionada junto ao Processo Administrativo nº1127 /2026. Nota-se, que em conformidade ao Artigo nº 06, do Decreto 8087/2022, a municipalidade de Marialva – PR poderá compor o Plano Anual de Contratações com fins de pautar as aquisições dos entes sob a sua responsabilidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica no Termo de Referência.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A quantidade estimada para a presente aquisição possui por parâmetro o montante estabelecido, em contratação similar, prevendo o aumento de usuários atendidos pelos serviços referidos acima, onde os serviços possuem lista cadastral, usuários inscritos, a qual estabelece a quantidade a ser licitada.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A especificação e a quantidade que se pretende adquirir foram baseadas no histórico de consumo de anos anteriores, com acréscimos para atender a demanda de novos inscritos no



serviços disponibilizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, onde apurou-se acentuada gama de potenciais fornecedores para atender com eficiência a pretendida aquisição.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021. Após análise dos valores praticados no mercado, a precificação máxima para a presente contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 103.642,00 (Cento e três mil, seiscentos e quarenta e dois reais), em conformidade aos Demonstrativos de Formulação de Preços anexos junto ao Processo Administrativo nº 1127/2026

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de cobertores, colchões e travesseiros, destinados ao atendimento de usuários acompanhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que se encontram em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social ou vivenciando violação de direitos.

A disponibilização desses itens visa garantir condições mínimas de acolhimento, higiene, conforto e dignidade às pessoas atendidas pelos serviços da proteção social especial de média complexidade, especialmente em situações emergenciais que demandem apoio imediato da rede socioassistencial.

Os materiais serão utilizados em ações de acolhimento e suporte temporário aos usuários atendidos pela equipe técnica do CREAS, contribuindo para a qualificação do atendimento prestado, bem como para a efetivação das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, no que se refere à garantia de proteção social e atendimento humanizado.

Dessa forma, a aquisição dos itens apresenta-se como solução adequada para suprir a necessidade identificada, assegurando melhores condições de atendimento e apoio aos usuários dos serviços socioassistenciais.

9. JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSIVIDADE DO PRESENTE PROCEDIMENTO PARA ME, EPP E MEI, E PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO LOCAL

De acordo com o Inciso I, do Artigo nº 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o processo licitatório em questão será exclusivo à participação de ME, MEI e EPP.

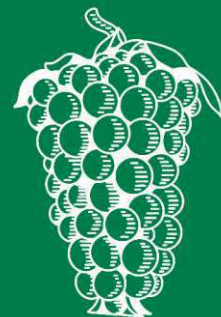
Ainda em conformidade ao § 3º, do Artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o presente procedimento licitatório dará prioridade local de contratação, com fins de promover o desenvolvimento econômico e social, nos âmbitos referidos, através da geração de emprego e renda, e a implementação de políticas públicas pelo incremento na arrecadação de impostos.

Nota-se que, conforme Relatório CNAE, anexo, apurou-se acentuado número de fornecedores instalados, localmente, com capacidade técnica para suprimir a demanda da contratação.

Entendendo-se: Local, empresas sediadas nos limites geográficos no município de Marialva – PR, suas regiões distritais, e demais comunidades.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição de cobertores, colchões e travesseiros, pretende-se garantir melhores condições de acolhimento e atendimento aos usuários acompanhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos.



Espera-se proporcionar condições mínimas de conforto, higiene e dignidade durante atendimentos e situações emergenciais que demandem suporte imediato da rede socioassistencial. A disponibilização desses itens contribuirá para qualificar o atendimento prestado pela equipe técnica, possibilitando respostas mais adequadas às demandas apresentadas pelos usuários.

Como resultado, busca-se fortalecer as ações da proteção social especial, promovendo atendimento mais humanizado, eficiente e alinhado às diretrizes da política pública de assistência social.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais, onde o descarte correto das embalagens podem suprimir quaisquer consequências negativas ao Meio Ambiente, salientando que o município de Marialva – PR possui Programa de Coleta Seletiva, o qual viabilizar o tratamento adequado do material reciclável.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, entende-se que a aquisição dos produtos pretendidos torna-se viável para atender a finalidade proposta.

14. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e demais anexos.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 451D-97EC-CB2E-ADE9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDILAINE APARECIDA FRESCHI MORAES (CPF 826.XXX.XXX-72) em 24/04/2026 08:51:53

GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RITA HELOISE FERREIRA SPEIGEL (CPF 061.XXX.XXX-02) em 24/04/2026 09:05:17 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/451D-97EC-CB2E-ADE9>